

DA HISTÓRIA OU DA LITERATURA? O LIMBO DAS AUTOBIOGRAFIAS

Eliana Alda de Freitas Calado¹

“A autobiografia, não é legal. Moralmente, é um vício (narcisismo, etc.). Psicologicamente, é um erro (impossível de se conhecer). Esteticamente, é uma facilidade, não é arte².” É assim que, bem-humoradamente, Philippe Lejeune, um dos principais especialistas da narrativa autobiográfica, resume as investidas contrárias a este tipo de escrita. De fato, não são poucas as críticas que são dirigidas à autobiografia. É relativamente recente o interesse dos historiadores pela mesma, pois, com muita frequência,

O que ouvimos é que, com toda a sua exibição de fatos, sua jactância de autenticidade, seu alardear de segredos íntimos, não passam de uma simplificação tendenciosa, são construções artificiais, elementos preementes na elaboração de uma imagem pessoal – em suma, não diferem das obras de ficção³.

E quando não se acha alternativa a não ser classificá-la como obra de ficção, as críticas, como já avisou Lejeune, não cessam: descrever-se narcisicamente, acentuando suas qualidades, escrevendo não aquilo que aconteceu, mas aquilo que se desejava que tivesse acontecido, não exige muito talento do escritor. Entretanto, antes de prosseguirmos no debate sobre o limbo autobiográfico, vejamos os inícios do gênero.

A narrativa autobiográfica é um dos legados de uma cultura valorizadora da subjetividade. Na época contemporânea, houve, sem dúvida, uma intensificação das formas de registro escrito e de investigação do eu, bem como da sua divulgação. Isto não significa, evidentemente, que, antes desta época, não existissem práticas escritas de produção de si. Por mais que não se possa estabelecer uma mera continuidade entre os escritos contemporâneos e os diferentes estilos de escrita auto-referenciais anteriores – haja vista as especificidades textuais e temporais - seria, no mínimo, ingenuidade, acreditar que, de uma hora para outra, a escrita de si tivesse se desenvolvido, sem nenhum precedente. Exemplo disto são as *hypomnemata* (espécies de agendas, contendo registros de funções administrativas ou pessoais), presentes no Império Romano⁴. Que dizer então da correspondência pessoal, sem dúvida, uma das formas de comunicação mais comum a diferentes sociedades, algumas delas muito anteriores ao período contemporâneo? Podemos igualmente

¹ Doutoranda em História Cultural pela Universidade de Brasília. Mestre em Letras (2005) na área de Literatura e Cultura, e Graduada em História (2002) pela Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <elianacalado@gmail.com>.

² LEJEUNE, Philippe. *Signes de vie; le pacte autobiographique* 2. Paris: Seuil, 2005, p. 170. (“L’autobiographie, c’est pas bien. Moralement, c’est un vice (narcissisme, etc.). Psychologiquement, c’est une erreur (impossible de se connaître). Esthétiquement, c’est une facilité, ce n’est pas de l’art.”)

³ GAY, Peter. *O coração desvelado*. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p 121.

⁴ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 2006.

citar as famosas *Confissões* de Santo Agostinho, do século IV, que estão entre as obras da escrita subjetiva mais conhecidas. Não obstante, existe certo consenso entre especialistas da autobiografia⁵ que são outras confissões, escritas quatorze séculos depois destas, que constituem um marco para este tipo de narrativa: as de Rousseau, publicadas na década de 1780. O que justificaria conceder apenas ao século XVIII o título de época inaugural da escrita autobiográfica, tal qual a concebemos nos dias de hoje?

De maneira incisiva, o nascimento do sujeito contemporâneo, é uma das principais motivações para que identifiquemos o século das luzes como o genitor do gênero. Não é surpresa que, principalmente durante o humanismo, e se intensificando em toda a época conhecida como “moderna”, observamos uma transformação paradigmática, que confere ao indivíduo um lugar privilegiado na nossa cultura, tornando-o o mais importante ponto de referência para entender a realidade. O indivíduo passa a ser compreendido enquanto valor e princípio. Valor na medida em que um ser é considerado igual ao outro, portanto, nos equivalemos todos; princípio porque ele passa a ser considerado como o autor e a fonte das regras que o rege. Esta lógica suplanta pouco a pouco a da coletividade, culminando com a cultura iluminista: “a modernidade surge culturalmente com a irrupção do humanismo e filosoficamente com o advento da subjetividade⁶.”

Na modernidade, emerge, portanto, “uma sociedade em cuja cultura importa aos indivíduos sobreviver na memória dos outros, pois a vida individual tem valor e autonomia em relação ao todo. É dos indivíduos que nasce a organização social e não o inverso⁷.” A escrita autobiográfica é resultado de uma cultura apreciadora das singularidades. Se a modernidade inaugura determinado paradigma que identifica o sujeito como o principal fundamento de uma época, é possível entender que este período também abra as portas para a construção de um modo particular de expressar esta mudança paradigmática, entre outras vias, através da autobiografia. Além disso, é equivocado considerar qualquer forma de escrever sobre si mesmo como uma autobiografia. As *hypomnemata*, as correspondências, os relatos religiosos, etc. são, certamente, modos de falar do eu, mas eles não se encaixam no sentido que atribuímos na atualidade à autobiografia. Outro ponto que vem somar-se ao entendimento do século das luzes como o início da autobiografia, é o fato de que esta se define tanto pela sua produção como pelo seu consumo, tanto pelo seu autor

⁵ Lejeune credita veementemente o surgimento da autobiografia a meados do século XVIII. Ainda que Rousseau não seja visto como o pioneiro no gênero, ele é inegavelmente o principal marco. (LEJEUNE, Philippe. *L' autobiographie en France*. 2 ed. Paris: Armand-Colin, 2004, pp. 43-45). Peter Gay, apesar de valer-se de um conceito de autobiografia mais amplo (exercício de autodefinição), constata que o século XIX é o século da autobiografia por excelência e que parte significativa dos autobiógrafos viviam “à sombra de Rousseau”, (1999, p. 122). Também LECARME, Jacques; LECARME – TABONE, Éliane. *L' autobiographie*. 2 ed. Paris: Armand Colin, 2004, p.51; e MARQUES, José Oscar de Almeida. *Rousseau e a forma moderna da autobiografia*. ABRALIC: Porto Alegre, 2004, p. 1 (disponível em: http://www.unicamp.br/~jmarques/pesq/Forma_moderna_da_autobiografia.pdf) mencionam as *Confissões* como a referência inicial para a autobiografia.

⁶ RENAULT, Alain. *A era do indivíduo*; contributo para uma história da subjectividade. Trad. Maria João Batalha Reis. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.

⁷ GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 12.

como pelo seu público leitor e, antes do século XVIII, eram quase inexistentes as pessoas interessadas na escrita intimista:

Ora, a maioria dos textos “autobiográficos” anteriores a 1760 foram publicados com um ou dois séculos de atraso (a partir do século XIX); aqueles que foram publicados foram muito pouco lidos (...). É somente por volta de 1750, na Inglaterra como na França, que se manifestou verdadeiramente curiosidade pela vida de particulares escrita por eles mesmos (...). Produziu-se uma espécie de efervescência autobiográfica que anuncia o verdadeiro começo da autobiografia moderna⁸.

A partir do século XVIII, ganhando forças ao longo do século seguinte, que produziu como nunca antes autobiógrafos e leitores de autobiografias, este gênero conquistou cada vez mais seu espaço como forma de expressão acessível e eficaz instrumento de comunicação. Por autobiografia, no sentido moderno ou contemporâneo do termo, podemos entender uma narrativa retrospectiva, geralmente em prosa, que segue uma ordem cronológica, na qual as identidades do autor, narrador e personagem tendem a se confundir. Na autobiografia, o fio condutor do texto é o eu, é ele que serve de unidade para os desencadeamentos da história que se narra. Esta consciência do sujeito, da importância da sua singularidade constitui uma das principais marcas da contemporaneidade. Este gênero tem como objetivo narrar o processo de construção da identidade do sujeito, em outras palavras, oferecer ao leitor a possibilidade de aprender como o autor se tornou aquilo que ele é, diferentemente do auto-retrato, no qual não existe a intenção de apresentar este processo de construção, relata-se o presente, freqüentemente, de acordo com uma ordem temática. A pergunta básica a que o auto-retrato se propõe a responder não é tal qual na autobiografia “como me tornei quem sou”, mas “o que sou”⁹.

Na modernidade, portanto, a experiência íntima ganha cada vez mais destaque, culminando, no século XIX, com um transbordamento jamais visto de escritos autobiográficos¹⁰. Apesar da sociedade contemporânea poder ser caracterizada como individualista, uma vez que se baseia, numa parte bastante significativa, na experiência pessoal, isto não significa que a autobiografia tenha sido compreendida como uma forma de expressão razoável, muito pelo contrário, como já vimos. Nem mesmo o lugar que o sujeito detém na contemporaneidade é compreendido de forma unânime como “bom”, pois é entendido, muitas vezes, de maneira depreciativa, associado ao egoísmo e a um autismo social: cada um por si e nenhum por todos. Uma narrativa apoiada na primeira pessoa foi vista, bastante freqüentemente, com maus olhos: individualista, ególatra, narcísica, exibicionista: em que a narrativa da sua vida pessoal pode interessar ao outro? E esta desaprovação não é coisa do passado: *blogs, fotologs, perfis em sites* de relacionamento são formas de expressão

8 LEJEUNE, 2004, p. 30. (“Or, la majorité des textes ‘autobiographiques’ antérieurs à 1760 ont été publiés avec un ou deux siècles de retard (à partir du XIXe siècle); ceux qui ont été publiés ont été très peu lus (...). C’est seulement vers 1750, en Angleterre comme en France, qu’on a vraiment manifesté de la curiosité pour la vie des particuliers écrite par eux-mêmes (...). Il se produit une sorte d’effervescence autobiographique qui annonce le véritable début de l’autobiographie moderne.”)

⁹ LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1996.

¹⁰ GAY, 1999, p. 119.

da subjetividade que, costumeiramente, são alvos de desconfiança, entendidas como uma exposição desnecessária do indivíduo, ávido por ultrapassar as barreiras do anonimato e conhecer o poder da fama¹¹. Mas até que ponto é apenas da alçada privada, a vida de um sujeito? Até que ponto as diferentes formas de narrativas auto-referenciais são apenas um exercício narcísico, ególatra e tendencioso, assim como o apontam não apenas os críticos do século XIX, lembrados por Peter Gay, mas muitos dos nossos contemporâneos, insatisfeitos com a profusão virtual deste tipo de escrita?

Primeiramente, faz-se necessário discutir a idéia de sujeito. É preciso levar em conta que o sujeito não é um universo fechado em si mesmo como uma mônada, conforme o pensamento leibniziano¹², segundo o qual não existiriam senão realidades individuais, independentes, sem interação. O sujeito ultrapassa a sua dimensão individual. O princípio da subjetividade, diferentemente do da individualidade, entende que o ser transcende a sua imanência, que está aberto ao outro¹³. Longe de estar enclausurado em si mesmo, o sujeito pode comunicar, servir, trabalhar em conjunto¹⁴. As singularidades, tanto físicas, psicológicas ou culturais, existem, mas, além delas, há também pontos em comum, que permitem o diálogo e a compreensão mútua: “numa palavra, cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e de propriedade, sejam de instintos e afetos¹⁵.” A valorização da experiência do sujeito não implica forçosamente numa consideração exagerada da dimensão pessoal e numa depreciação da importância do coletivo.

A idéia de sujeito liga-se à de autonomia, enquanto a de indivíduo relaciona-se à de independência: o sujeito não é livre para agir segundo suas únicas vontades, sem normas nem leis, obedecendo apenas aos seus desejos naturais; não é livre para pensar e para agir a seu bel prazer. Ser autônomo, neste caso, significa se auto-instituir. Sua liberdade consiste na autonomia que possui em criar, submeter e ser submetido, de maneira espontânea, às regras criadas pelo e para o sujeito, visando à vida em comum. A autonomia é contrária à heteronomia, ou seja, à submissão a uma lei externa ao sujeito e não à dependência a regras criadas por ele próprio para si próprio. O sujeito é autônomo, na medida em que é fundamento e autor de

¹¹ Sobre as narrativas do eu em ambientes virtuais, conferir MANGA (2005).

¹² Gottfried Leibniz (1646 – 1716) trata da questão da independência entre as criaturas em *Sistema novo da natureza e da comunicação das substâncias*, de 1695, e expõe seu pensamento sobre o dispositivo monádico em *Princípios da Filosofia – Monadologia*, editado postumamente em 1720. Edições seguintes simplificaram o título da obra para *Monadologia*.

¹³ RENAUT, Alain. *O indivíduo; reflexão acerca da filosofia do sujeito*. Trad. Elena Gaidano. Rio de Janeiro: Difel, 2004, pp. 59-66.

¹⁴ A tese leibniziana foi retomada por Alain Renaut (2004), que critica a leitura de Heidegger, que entende o sistema monadológico de Leibniz como autônomo. Segundo Renaut, a idéia de autonomia exige a de auto-instituição, o que é impossível entre as mônadas, que não se comunicam, portanto, não criam, nem definem e nem determinam seus próprios limites. Elas apenas realizam de maneira independente (sem estarem subordinadas umas às outras) uma determinação dada *a priori*, por Deus, responsável pela harmonia entre as mesmas (RENAUT, 2004, pp. 73-88).

¹⁵ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 22.

suas atitudes, portanto, responsável por elas. É esta concepção de autonomia que está na base do humanismo¹⁶.

O sujeito nunca se constitui sozinho, mas somente em relação ao próximo; ele é parte integrante de uma coletividade, cumpre funções que não foram determinadas por indivíduos particulares, mas por uma “ordem invisível”, que seria tão somente um conjunto de funções interdependentes, no qual estão baseadas as associações humanas: a sociedade¹⁷. Somos construídos não apenas por nós mesmos, mas pelos outros, por diferentes instantes, pelos acasos¹⁸. Torna-se, portanto, imprescindível historicizar o sujeito e não tomá-lo como algo enclausurado, que existe por si mesmo, pois só é possível compreender o sujeito a partir da sua relação com outros elementos: outros sujeitos, a natureza, a cultura, a economia, etc. É no movimento que ele existe, na sua maneira de pensar, de agir, em concordância ou em desacordo com os demais. Não se chega a lugar nenhum isolando-o.

Nos estudos históricos da atualidade, a vida humana, única, na sua singularidade, na sua especificidade e, ao mesmo tempo, representativa da experiência humana em toda sua pluralidade, tornou-se considerada e apreciada enquanto objeto. Por isso mesmo, as práticas de produção de si passaram a ser consideradas como documentos históricos. Quando se tem como premissa que o singular só existe em relação ao geral, e vice-versa, pode-se apenas compreender o sujeito enquanto membro social, não sendo possível investigá-lo de maneira independente do coletivo. Seria um “sujeito globalizante¹⁹”, e é este sujeito e não o indivíduo - isolado, enclausurado, anedótico - que interessa ao conhecimento histórico.

Beatriz Sarlo²⁰ diz que, não só as narrativas auto-referenciais passaram a ser consideradas como importantes fontes de pesquisa histórica, como são portadoras, na atualidade de um prestígio considerável. Muito deste prestígio, sem dúvida, está relacionado à credibilidade associada à primeira pessoa nas últimas décadas, evitando que se fale a partir de uma suposta pós-memória (frágil conceito de acordo com Sarlo), credibilidade encontrada, sobretudo, nas categorias que discutimos anteriormente, como supostamente fiéis retratadoras de determinada realidade. Mas esta vantagem estranhamente se justifica igualmente por aqueles aspectos, que, à primeira vista, poderiam parecer mais complicados: a escrita de si é um documento cujo conteúdo, em grande parte das vezes, é parcial, fragmentado, ordinário, passional, entretanto, a importância desta narrativa, “especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, própria às sociedades individualistas²¹”.

Que verdade seria esta? Primeiramente, ela é pluralizada: fala-se de verdades, temos fragmentos de realidade e não uma reconstituição da realidade como um

¹⁶ RENAUT, 2004, pp. 84-88.

¹⁷ ELIAS, 2004, pp. 22-23.

¹⁸ LEOPOLDO E SILVA, Franklin. *Ética e literatura em Sartre*; ensaios introdutórios. São Paulo: UNESP, 2004, pp. 45- 47.

¹⁹ LE GOFF, Jacques. *São Luís*; biografia. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 21.

²⁰ SARLO, Beatriz. *Tempo passado*; cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d´ Aguiar. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

²¹ GOMES, 2004, p. 13.

todo, não se acredita em uma essência; em segundo lugar, são verdades reveladas por uma memória construída baseada na experiência singular, lembrando-se, todavia, que existe um diálogo permanente entre o particular e o todo. A narrativa auto-referencial, como expoente da singularidade e da parcialidade (ainda que se busque uma unidade), longe de se mostrar como fonte sem utilidade para a história, revela-se, portanto, como um excelente espaço de investigação histórica.

Qualquer fonte, como todo profissional sabe, deve ser compreendida através de um viés crítico e isto exige uma metodologia de análise apropriada, que leve em conta suas especificidades de narrativa. Isto reduz os riscos de uma leitura ingênua e, ao mesmo tempo, que se cobre da fonte algo que esta não se propõe a resolver. Um dos critérios pelos quais uma escrita autobiográfica é julgada é o da intenção de verdade. Sobre esta intenção e a impossibilidade de se chegar a uma essência verdadeira, comenta Philippe Lejeune:

O que distingue a autobiografia do romance, não é uma impossível exatidão histórica, mas apenas, o projeto, sincero, de retomar e de compreender sua própria vida. É a existência de tal projeto que importa, e não uma sinceridade no limite impossível. Tanto é natural exigir de um autobiógrafo o projeto de dizer a verdade, tanto é ingênuo criticá-lo por não tê-lo conseguido²².

E o autobiógrafo não consegue dizer a verdade porque ela não existe em si. A única verdade que se pode encontrar é a do autor. Isto não significa que a autobiografia não contenha inexatidões, que ela não possa, em alguns momentos, até mesmo se mostrar tendenciosa ou fazer relatos equivocados, mas o que interessa ao historiador “é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento²³.”

Se o interesse reside então na perspectiva assumida pelo autobiógrafo, as imprecisões não invalidam a narrativa auto-referencial enquanto documento histórico. Está claro que o historiador não vai absorver as informações veiculadas nesta escrita sem confrontar com outros documentos, até mesmo porque isto é essencial para entender o autor, suas motivações e seus posicionamentos - não existe vida individual que não remeta a uma coletividade - mas o fato de haver eventuais equívocos não compromete o valor desta escrita para a história. Todo texto autobiográfico é verdadeiro naquilo a que ele se propõe: narrar determinados acontecimentos ou fenômenos a partir de uma ótica muito particular. Não existe uma verdade essencial, existem verdades do autor. Até as possíveis mentiras que podem ser encontradas numa carta podem ser reveladoras. Que motivos para que

²² “ce qui distingue l’autobiographie du roman, ce n’est pas une impossible exactitude historique, mais seulement le projet, sincère, de ressaisir et de comprendre sa propre vie. C’est l’existence d’un tel projet qui importe, et non une sincérité à la limite impossible. Autant il est naturel d’exiger d’un autobiographe le projet de dire la vérité, autant il est naïf de lui reprocher de ne pas y être arrivé...”. LEJEUNE, Philippe. *L’autobiographie en France*. 2 ed. Paris: Armand-Colin, 2004, p. 19, grifo do autor.

²³ GOMES, 2004, p. 15.

o remetente aja desta maneira? De que jogo de interesses ele participa? É possível compreendê-lo? São muitas as perguntas que o conhecimento histórico dirige às narrativas de si e elas são levantadas pelas mais diferentes motivações.

Mas, apesar da autobiografia despertar a atenção dos historiadores nos últimos tempos, pode a autobiografia ser considerada uma narrativa histórica? Como já definimos anteriormente, a autobiografia pressupõe um pacto de sinceridade. Isto não quer dizer que o autor não minta ou omita, consciente ou inconscientemente, isto significa, sobretudo, que a sua intenção consiste em que o leitor considere aquele texto como verídico, como sincero, como autêntico. De qualquer maneira, contendo ou não deturpações, a escrita auto-referencial traz a sua verdade: a verdade como o autor apresenta a história da sua personalidade, a verdade como ele deseja que a sua vida seja lida. Lejeune²⁴ chama de pacto referencial um pressuposto que todo texto não-ficcional contém, seja ele histórico, científico, jornalístico, biográfico ou autobiográfico. Um texto referencial se propõe a ser verificado.

Entretanto, no caso da autobiografia, esta disposição à verdade, que pode ser comprovada através de outras fontes, não é tão importante como nos outros tipos de texto não-ficcionais, pois, neste caso, o que importa é o critério de autenticidade, que está no presente da narração das coisas passadas. A autenticidade seria “a verdade do texto, da imagem do narrador pintando a imagem que ele quer dar ao que ele era em tal ou tal época de sua vida²⁵.” Todos os possíveis erros e deturpações fazem parte da verdade do autor, que representa a sua existência de acordo com esses equívocos. O que importa é a intenção do autor de apresentar determinado texto como sincero, como autêntico. Deste modo, os erros podem fazer parte da autenticidade da narrativa autobiográfica: “a similitude não obtida é secundária a partir do momento em que estamos seguros de que ela foi visada²⁶”. Isto se torna mais forte na escrita autobiográfica do que nos demais textos referenciais porque nela sempre há coincidência do sujeito que escreve com o objeto da escrita; entender o objeto corresponde a entender o sujeito, ainda que ambos estejam unidos por uma relação de ipseidade e não de identidade²⁷. Incorporar os possíveis equívocos à verdade do autobiógrafo nos leva a uma compreensão mais abrangente, mais complexa, da sua intenção de escrita.

Nem o pacto autobiográfico, nem o pacto referencial existem na escrita ficcional. Isto já basta para excluir a autobiografia do gênero da ficção. E se no que se refere à forma da escrita, autobiografias e romances podem valer-se de procedimentos semelhantes, mas ainda assim não se confundem, pois cada um possui suas particularidades. Autobiografia não é um subgênero da literatura. Isto não significa que ela passe a ser considerada do gênero histórico. Talvez Lejeune esteja realmente certo em incluir as escritas que se propõem a serem comprovadas, verificadas, num

²⁴ 1996, p. 36

²⁵ MIRAUX, Jean-Philippe. *L'autobiographie; écriture de soi et sincérité*. Paris: Armand-Colin, 2005. p. 20: “la vérité du texte, de l'image du narrateur en train de se peindre et de l'image qu'il veut donner de ce qu'il était à telle ou telle époque de sa vie.”

²⁶ LEJEUNE, 1996, p. 40: “(...) la ressemblance n'est pas obtenue est accessoire à partir du moment où nous sommes sûrs qu'elle a été visée.”

²⁷ Ricoeur distingue estes dois conceitos, atribuindo à ipseidade, as características de unidade sem essência e à identidade, a de essência unificadora.

grupo maior, que ele denomina referencial. Autobiografia não é um subgênero da história. Nem história, nem literatura e, ao mesmo tempo, um pouco das duas. A narrativa autobiográfica é construída tanto por artifícios históricos como literários, mas os ultrapassa, não se encaixando nem em uma área, nem em outra. Afinal de contas, as definições nunca podem ser compreendidas como essências fixas, mas apenas como precárias combinações, bastante provisórias, propostas para serem desconstruídas²⁸. A autobiografia não está no limbo entre história e literatura, talvez esteja sobre ou sob ele, a caminho da salvação ou, quem sabe, da danação eterna do conhecimento.

RESUMO

Seriam as autobiografias narrativas históricas ou um dos gêneros literários, ao lado de romances e contos? Durante muito tempo, ela foi entendida como uma escrita centrada na vida privada do sujeito e desprovida de qualquer interesse histórico, vista apenas como um exercício literário dos mais simples, isento de criatividade, uma mera narrativa descritiva narcisista. Minimizadas ora pela história, ora pela literatura, as autobiografias oscilaram por muito tempo entre uma e outra e, de certo modo, continuam até hoje neste limbo. Este texto é parte de uma pesquisa de doutorado e tem como propósito discutir a relação da autobiografia com estas duas áreas de conhecimento; relação esta que, por sua vez, se insere na questão do lugar do sujeito nas ciências humanas.

Palavras Chave: autobiografia, história, literatura.

ABSTRACT

Would historical narrative autobiographies or one of the literary genres be together with novels and short stories? For a long time, it was understood as a centered writing on the subject's private life and devoid of any historical interest, seen only as one of the simplest literary exercises, lacking creativity, that is, a mere descriptive narrative narcissist. Minimized either by history or by the literature, autobiographies, for a long time, oscillated between one another and, to some extent, remain in this limbo up to the day. This text is part of a survey of Ph.D. and is intended to discuss the relationship of autobiographies with these two areas of knowledge; a relationship which, in turn, appears to be inserted in the subject's place matter in the human sciences.

Keywords: autobiography, history, literature.

²⁸ Lejeune, 2005, p. 116.